

33º Encontro Anual da Anpocs  
GT 38 – Subjetividade e Emoções

**O “egoísmo” como competência: Um estudo das desculpas dadas no âmbito das  
relações de casais como forma de negociação entre bem de si e moralidade**

Alexandre Werneck

Sophie.

Há muito tempo venho querendo lhe escrever e responder ao seu último e-mail. Ao mesmo tempo, me pareceria melhor falar com você e dizer o que tenho a dizer de viva voz. Mas pelo menos será por escrito. Como você pode ver, não tenho andado bem ultimamente. É como se não me reconhecesse na minha própria existência. Uma espécie de angústia terrível, contra a qual não posso fazer grande coisa, senão seguir adiante para tentar superá-la, como sempre fiz. Quando nos conhecemos, você impôs uma condição: não ser a “quarta”. Eu mantive meu compromisso: há meses deixei de ver as “outras”, não achando obviamente um meio de vê-las, sem fazer de você uma delas.

Achei que isso bastasse, achei que amar você e o seu amor seriam suficientes para que a angústia que me faz sempre querer buscar outros horizontes e me impede de ser tranquilo e, sem dúvida, de ser simplesmente feliz e “generoso”, se aquiescesse com o seu contato e na certeza de o amor que você tem por mim foi o mais benéfico para mim, o mais benéfico que jamais tive, você sabe disso. Achei que a escrita seria um remédio, que meu “desassossego” se dissolveria nela para encontrar você. Mas não, estou pior ainda, não tenho condições sequer de lhe explicar o estado em que me encontro. Então, esta semana, comecei a procurar as “outras”. E sei bem o que isso significa para mim e em que tipo de ciclo estou entrando.

Jamais menti para você e não é agora que vou começar.

Houve uma outra regra que você me impôs no início de nossa história: no dia em que deixássemos de ser amantes, seria inconcebível para você me ver novamente. Você sabe que essa imposição me parece desastrosa, injusta (já que você ainda vê B..., R...) e compreensível (obviamente); com isso, jamais poderia tornar-me seu amigo.

Mas hoje, você pode avaliar a importância da minha decisão, uma vez que estou disposto a me curvar diante da sua vontade, pois deixar de ver você e de falar com você, de apreender o seu olhar sobre as coisas e os seres e a doçura com a qual você me trata são coisas das quais sentirei uma saudade infinita.

Aconteça o que acontecer, saiba que nunca deixarei de amar você da maneira que sempre amei, desde que nos conhecemos, e esse amor se estenderá em mim e, tenho certeza, jamais morrerá.

Mas hoje, seria a pior das farsas manter uma situação que você sabe tão bem quanto eu ter se tornado irremediável, mesmo com todo o amor que sentimos um pelo outro. E é justamente esse amor que me obriga a ser honesto com você mais uma vez, como última prova do que houve entre nós e que permanecerá único.

Gostaria de que as coisas tivessem tomado um rumo diferente.

Cuide de você.

X.

A mensagem acima foi enviada por Grégoire Bouillier a Sophie Calle<sup>1</sup>. Ele, escritor; ela, artista plástica. Mas não é o fato de que são dois estetas o determinante aqui: não se trata de uma carta ficcional, criada por uma mente literária para uma instalação contemporânea. Não, essa é uma missiva real para um real rompimento. Vida pessoal dos dois, o texto tornou-se público por uma via um tanto curiosa: serviu de ponto de partida para uma das obras mais famosas de Sophie, um dos grandes nomes da arte conceitual francesa, *Prenez soin de vous* (CALLE, 2007), *Cuide de você*, que consistiu justamente na reinterpretação dessa mensagem por mulheres, que apresentam na obra seus juízos e avaliações para o ato.

---

<sup>1</sup> Em 24 de abril de 2004.

Ao todo, 107 representantes do sexo feminino, escolhidas por Sophie segundo seus papéis sociais (a grande maioria, segundo posições profissionais) apresentam leituras da carta, analisando-a segundo sua competência profissional ou a reescrevendo de acordo com sua competência artística. Assim, 18 atrizes a interpretam variadas maneiras, o mesmo sendo feito por nove cantoras (de variados gêneros); duas dançarinas a convertem em coreografia; uma analista de etiqueta avalia seu grau de cortesia; uma juíza a interpreta como mensagem de encerramento de contrato; uma adolescente lança um olhar próprio de sua idade para a mensagem; e várias outras mulheres apresentam suas contribuições. A análise dessas respostas ultrapassaria o fim específico deste artigo e não me prenderei a elas por enquanto<sup>2</sup>.

Quero me deter, apenas rapidamente, sobre um traço comum que encontro em todas aquelas interpretações e que apresentarei aqui emblematizado por uma das intérpretes, a atriz francesa Jeanne Moreau: filmada, a uma mesa, cigarro a fumar em um cinzeiro, um copo quase vazio de vinho rosé, usando uma blusa azul intenso, rodeada por manchas de luz, lê a carta e a comenta. Logo depois do começo, ela chega ao trecho em que o autor fala de seu sofrimento e proclama a imagem que dele reteve: “É alguém que tem múltiplas relações femininas. E... este homem não está bem. Tem uma angústia terrível... Um enorme egoísmo”.

Egoísmo. Grégoire, ou X (como é apresentado às analistas), é, então, descrito como um homem capaz de abrir mão do bem do outro (o que o classificaria como altruísta) e se torna um emblema da ação no horizonte apenas do bem de si. De fato, ele próprio se diz “impedido” de ser “generoso”, ou seja, de aceitar o sofrimento que o corroeria, e se manter fiel ao juramento de não procurar as outras mulheres, que tornariam Sophie “uma delas”. E esse egoísmo, então, aparece não apenas como um traço específico do caráter do escritor, mas como antítese formal do amor: agindo assim, ele provaria que nunca a amou<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> De fato, o trabalho me inspirou à escrita de um outro artigo, especificamente sobre a carta e suas múltiplas respostas. Tenho a convicção de que ela pode ser considerada mais do que uma alegoria ou um caso exemplar, configurando-se como uma verdadeira *pesquisa*, no sentido em que a aproximação que Sophie exercita em relação às mulheres permite isolá-las como produtoras de uma série de discursos a respeito daquele caso isolado, mas igualmente sobre a masculinidade e o amor romântico. O fato de Sophie buscar um número elevado de “pesquisadas” e de as colher segundo um critério de publicização (a profissão sobretudo) ajuda a anular *bias* e a vê-las como integrantes de uma categoria. E ainda que em um caso ou outro a presença marcante da própria Sophie introduza uma interferência, isso pode ser reduzido pela clara posição de isolamento lógico em que cada uma se coloca: a terapeuta de casal, por exemplo, claramente assume uma posição discordante em relação a ela.

<sup>3</sup> É curioso que a obra tenha causado polêmica por conta da “evasão de privacidade”: está ali a artista a expor seu caso de amor. Entretanto, o uso da própria vida é central no trabalho de Sophie Calle. E no caso de Bouillier, parece ainda mais contraditório o choque: seu primeiro romance, *Rapport sur Moi* (2002), foi premiado justamente pela maneira como o autor expunha sua vida pessoal. O posterior, *L'Invité Mystère* (2004) – lançado no Brasil como *O Convidado Surpresa* (2009) – é sobre como os dois se conheceram e sobre o relacionamento.

Não apenas para mulheres francesas, entretanto. Em minha pesquisa, que aqui reporto, e na qual entrevistei 30 casais, vemos um mesmo movimento de adjetivação. Vejamos, por exemplo, Marcos<sup>4</sup>: ele chega em casa mais tarde todas as quintas-feiras. É o dia do chope com os amigos. Em três anos de casados, sua mulher, Claudia, nunca escondeu a insatisfação. Mesmo sendo constantemente convidada a se juntar a ele e mesmo confiando “total e irrestritamente” no marido, ela preferiria que os dois, juntos, fizessem algo apenas entre eles, no único dia em que ele sai um pouco mais cedo. Ela reclama constantemente. Até que em um ocasião – ela se lembra de que era julho, já que, professora, estava de férias e se sentiu particularmente sozinha – resolveu dizer ao companheiro o quanto a incomodava essa preferência pelos amigos (e pelo samba e pela cerveja que o faziam sempre voltar para casa “alto”): “Eu queria que você desse prioridade a nós dois!” Marcos responde: “Mas eu preciso de um tempo para mim!” A resposta dela: “Você está sendo egoísta”. Isso quase o deixa mudo.

Quase. Antes de se calar e deixar a sala, entretanto, ele demonstraria que a rotulação moral não podia definir apenas uma negatividade: “Mas eu tenho direito a minha cota de [*e faz sinal de aspas com as mãos*] ‘egoísmo!’”

O objetivo deste trabalho é analisar como atores sociais utilizam o egoísmo não como um limitador de suas ações, mas como um elemento central para a efetivação dessas mesmas. Trata-se de ampliar o escopo de uma descrição da vida social constituída por “estados de paz” e “disputa” (BOLTANSKI, 1990), ou seja, construir um modelo em que a circunstancialidade possa ser articulada como recurso em vez de como desvio em relação uma generalidade prescritiva. E na qual uma concepção de bem possa ser ampliada a partir da “capacidade crítica” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1987) das pessoas.

Pois uma questão de imediato se coloca: como tratar o egoísmo como conceito sociológico? Ele é tido como uma representação social, como uma atribuição subjetiva oferecida por um ator em relação a outro. Mas Marcos não me permite ser levado pelas emoções: ele apresenta sua definição entre aspas. Ele sabe, explica-me, da carga moral que o termo carrega e, assim, quer usá-lo de maneira relativizada. Seu egoísmo não é o do chamar o outro de egoísta, é o da pura lógica de usar o eu como centro da situação.

---

<sup>4</sup> Todos os nomes de entrevistados foram mudados. Além disso, a citação a cada um seguirá protocolos variados, por vezes com maior ou com menor grau de informação. Essa forma de apresentação é oriunda da necessidade de preservar o anonimato de quem confiou profundamente em mim e me deu acesso algumas vezes detalhes muito íntimos, alguns deles desconhecidos até do outro cônjuge. Para padronizar a apresentação, entretanto, adotei um identificador, um traço peculiar de cada um que possa ser usado para diferenciá-lo sem que eu tenha que recorrer a características (como profissão ou idade, quando a divulgação destas forem incômodas para os entrevistados).

Então, assim como ele, usarei o termo entre aspas, para entre parênteses depositar a carga atributiva – ou pelo menos seu componente subjetivado: “egoísmo”, para nós, é a capacidade de agir pelo bem de si sem que essa desigualdade produza um mal-estar que torne a interação insustentável.

Uma construção como essa trata, assim, o “egoísmo” como uma “competência”, ou seja, como um traço cognitivo, uma faculdade apresentada pelos atores para a desenvoltura em uma determinada lógica de ações. Ou, como querem Boltanski e Thévenot (1991, p. 183), “uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de colocar em ação o princípio (...) que a ela corresponde”. Trata-se, então, de situar a discussão em um quadro ao mesmo tempo de reflexividade (uma vez que as pessoas são considerados senhoras de suas ações) e de manutenção da paz por meio das capacidades que os atores possuem para produzir acordos que mantenham essa paz, sem chegar à violência. “Mas falar competência não supõe (...) uma adesão a uma representação mentalista do funcionamento da vida social”, diz Boltanski (1990, p. 61). E segue: “Com efeito, para que uma competência seja considerada como tal, para que sua entrada em operação possa ser eficaz e se distinguir de uma atividade fantasmagórica ou utópica, ela deverá ser ajustada à ordem de mundos aos quais ela se aplica.”

Ou seja, podemos apresentar uma definição mais “actancial” (LATOURET, 1997, p. 148), considerando uma competência não como um traço apenas reconhecido como princípio cognitivo nos atores, mas como um traço demonstrado em ações localizadas a apontar para sua alocação em uma “gramática actancial”, com desenvoltura dentro de regras de ação que verificam critérios de concretização da ação. Trata-se, então, de colocar em forma prática a ideia de “ação sujeita a indagação valorativa” (SCOTT e LYMAN, 2008[1968], p. 139), considerando, então, um social em que as coisas não são *taken for granted* (GARFINKEL, 1967). Em que, assim, antes de tudo, estão em questão.

Entre essas coisas “questionáveis”, a paz. Dessa maneira, se Cláudia, afinal, encerrou o assunto e permitiu que Marcos conduzisse seu “egoísmo” seguindo com o chope com os amigos, e mantendo a situação sem uma ruptura, isso se dá não porque esse egoísmo seja determinado ou porque tenha sido imposto pela força. Ocorreu porque, em uma “disputa” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, pp. 24-25), depois de passar por uma avaliação, foi considerado passível de se concretizar. O que chama a atenção aqui, entretanto, é que isso se deu não apenas sem a imposição da força – o que o situaria em um “regime de violência” (BOLTANSKI, 1990, p. 111); nem pelo ajustamento a um regramento tácito, imposto por tradição – caracterizando-o em um regime de “ajustamento” (Idem). Mas ele também

não pode ser considerado “justificado” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, p. 118), uma vez que não foi afirmado um princípio de equivalência, um “princípio superior comum”. Pelo contrário, o que é afirmado é justamente um princípio de desigualdade: Marcos obtém um bem (estar com os amigos) que não é obtido objetivamente por Cláudia. E seu motivo para manter em ação seu próprio bem é... seu próprio bem.

Neste estudo, o ato de dar uma desculpa aparece justamente como ponto de resolução dessa aparente tautologia. Em minha pesquisa com casais, investiguei a maneira como eles articulam esse tipo de “prestação de conta” de suas ações como forma de coordenar ações de “egoísmo”. Quero demonstrar com isso que ações centradas no bem de si são mais habituais e mais efetivas do que se pode pensar a princípio, sobretudo diante de duas formas principais como são habitualmente vistas: por um lado como desvio moral em uma relação baseada no bem do outro (como demonstram as interpretações das mulheres diante do rompimento “egoísta” de Grégoire com Sophie); por outro, como resíduo lógico de uma abordagem baseada na escolha racional (na qual todas as ações são pensadas estritamente como movidas pelo bem de si e, logo, é o bem do outro o absurdo).

As relações amorosas são um espaço pródigo para pensar esse problema, uma vez que são o lócus em que o amor é o princípio maior de manutenção. Em um caso de amor romântico, não temos um laço sanguíneo a unir os integrantes. Também não temos um elo institucional que preceda ao princípio de amor. Segundo os atores ouvidos, é o amor o que os une, por mais diferentes que sejam eles e seus interesses individuais. A pesquisa que realizei com casais ocorreu no âmbito de um estudo mais amplo sobre o papel do ato de dar uma desculpa no processo de manutenção das relações sociais (WERNECK, 2009). A motivação principal para usá-los foi justamente o fato de o amor poder ser configurado como um espaço de demanda de fidelidade a um “bem comum” que é a própria relação<sup>5</sup>.

Boltanski (1990) apresenta duas competências atuantes, definindo dois tipos de regimes na vida social para estabelecer a paz: justiça e amor. O primeiro como busca de formas de equivalência justificada, o outro por recurso à ágape, o amor sublime que iguala os homens. Demonstrarei aqui como esses dois princípios (e não apenas a justiça) são referenciados na generalidade e na universalidade.

---

<sup>5</sup> Há uma vasta literatura sociológica sobre o amor romântico, sobretudo no que diz respeito a sua condição de espaço de produção de bem e sobre as mudanças de seu estatuto na modernidade e no mundo contemporâneo – como Freire Costa (1998), Giddens (1992) ou Luhman (1986). Não me estendi na análise desse material, detendo-me estritamente à maneira como os atores se colocam diante de uma dicotomia universal circunstancial.

Pois quero demonstrar que uma competência “egoísta” está voltada para as circunstâncias e que ela é central na manutenção das relações. Além disso, quero mostrar como o ato de dar uma desculpa é a forma operacional dessa competência, ao caracterizar esse “egoísmo” como circunstancial, caracterizando-o como efetivo em uma situação.

Para tanto, analiso situações de disputa entre casais, o ato de dar uma desculpa (a apresentação de um *account* circunstancial para uma ação) como um dispositivo mobilizado recorrentemente por eles na resolução das situações de mal-estar relacional. Na vida de casal, o duo amor-egoísmo é constantemente mobilizado como formando uma economia da manutenção do que sustenta a relação, constituindo uma tensão lógica fundante: ao mesmo tempo que uma ação “egoísta” é classificada pelos atores como “desamor” e, portanto, a negação do princípio mesmo da relação, o “egoísmo”, ou seja, o recurso ao bem de si sem levar em consideração o bem do outro, é mobilizado e aceito pelos atores como “válvula de escape” diante da opressão produzida pela obrigação de mobilizar constantemente a generalidade constituinte da relação, um quadro de singularização do outro.

### **Definição: a desculpa como forma de efetivação da competência egoísta**

Apesar de seus contornos fluidos, o dar uma desculpa é uma ação bastante definida<sup>6</sup>. A fim de apresentá-la, partirei de Austin, um dos primeiros a se aproximar das desculpas dadas de maneira sistemática. Para o filósofo, (1979, p. 176):

Em geral, a situação é aquela em que alguém é acusado de ter feito algo, ou (para deixar mais claro) na qual é dito que alguém fez algo que de mal, errado, inepto, indesejado ou de alguma entre inúmeras outras formas desfavorável. Logo depois, o próprio, ou alguém que esteja a seu lado, tentará defender sua conduta ou tentar tirá-lo da situação.

O que chama a atenção nessa definição é que o dar uma desculpa aparece como um procedimento de resposta, um retorno. Para Austin, ele depende de uma acusação. Esse pressuposto será compartilhado por vários autores que tratarão do mesmo tema – boa parte deles a partir de Austin, aliás. Mas antes, reparemos, uma desculpa dada surge como um tipo do que vem sendo tratado pela sociologia como *account*, o ato de prestar conta, de dar satisfação por algo. O uso dos *accounts* como categoria sociológica foi operado e consagra-

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais alongada, um etimologia do termo e uma comparação entre “dar uma desculpa” e “pedir desculpas”, além de uma revisão bibliográfica a respeito, veja Werneck (2009).

do sobretudo pela etnometodologia, que a tratou como seu substrato central, em especial no trabalho de Harold Garfinkel, mas há elementos de sua utilização por toda a sociologia qualitativa, sobretudo a influenciada pelo pragmatismo americano e pela Escola de Chicago. Antes, entretanto, um dos primeiros a utilizar o termo foi Wright Mills (1940), em uma discussão a respeito do conceito de “motivos” de Weber, “um complexo de significado subjetivo que parece ao próprio ator ou ao observador uma sustentação adequada à conduta em questão”. Uma das melhores e mais consolidadas definições, entretanto, foi feita por Scott e Lyman (2009 [1968]), a partir de Austin e de observações próprias (p. 112): “é um discurso feito por um ator social para explicar uma ação imprevista ou um comportamento problemático, seja esse comportamento da própria pessoa ou de outros, ou quer a causa imediata a provocar esse discurso provenha do próprio ator ou de outrem”. Essa definição é feita no escopo de um movimento de reconhecimento do valor dos discursos como objeto sociológico. Eles estão interessados na qualificação desses discursos como “habilidade para manter de pé as vigas da sociação rompida, para estabelecer pontes entre o prometido e o executado, para consertar o que está quebrado e trazer de volta quem está longe” (p. 111).

Scott e Lyman fazem sua definição de desculpa situando-a em uma tipologia de dois elementos (1970, p. 114): “Justificações são *accounts* nos quais alguém aceita ser responsabilizado pelo ato em questão, mas renega a qualificação pejorativa a ele associado. (...) Desculpas são *accounts* nos quais a pessoa admite que o ato em questão é ruim, errado ou inapropriado, mas nega ter responsabilidade total sobre ele”. Pois há, contida nessa tipologia, a tensão central que me chamou a atenção no dar uma desculpa, a tensão entre genérico e circunstancial. Uma justificação surge como uma recusa de descompasso entre princípio moral (universal) e ação (localizada); uma desculpa dada surge como uma constatação de descompasso entre esse princípio moral e essa ação. Mas não se trata de um descompasso qualquer, e sim de um descompasso contaminado, como demonstrarei abaixo em uma tipologia de diferentes reações a ações que causam mal-estar.

O que trabalho para demonstrar aqui é que essa ação é justamente a de descendência de uma esfera comprometida com a abstração da regra universal para uma disposta a aceitar a dimensão pragmática de uma ação circunstancialista. De forma que posso pensar na situação de dar uma desculpa como composta por alguns passos: a) um ator é admoestado por alguém; b) esse ator procura apaziguar o mal-estar gerado pela admoestação; c) esse mesmo ator oferece para isso um argumento que não procura recusar a incorreção da ação; ao contrário, admite-a (ainda que sub-repticiamente em alguns casos); d)



ele oferece um argumento deslocado em relação aos princípios morais baseados nos quais as acusações foram estabelecidas e ligado a circunstâncias peculiares da situação e/ou do praticante; e) esse deslocamento se referencia no interesse dele, culpado, e não no interesse sobre o qual a crítica é construída.

Um primeiro elemento digno de nota nessa sistematização, quando observada ao lado da ideia de *account* e da definição de Austin, é a relação com a noção de acusação. Uma vasta literatura sobre sociologia dos conflitos e dos chamados comportamentos desviantes tem articulado o movimento de acusação como uma dimensão primordial nos conflitos e no controle social. Ao mesmo tempo, em um modelo como o de Boltanski e Thévenot, um mesmo movimento assume uma dimensão um grau mais abstrata: se a acusação pode ser entendida como um processo formal, constituído por uma série de procedimentos mais ou menos ritualizados – caso da acusação policial ou judicial, por exemplo –, a “crítica” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999, p. 359) surge como uma forma abstraída:

A pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio. Ela não guarda os seus sentimentos para si. O momento em que se dá conta de que algo não está funcionando é, na maioria das vezes, aquele em que percebe não poder mais suportar esse estado de coisas. A pessoa deve expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta. A demonstração desse descontentamento pode terminar em um “escândalo”. O escândalo propriamente dito assume diferentes formas. Pode facilmente se converter em violência. Contudo, não investigaremos essa possibilidade. Mais frequentemente, o escândalo torna-se uma discussão na qual críticas, acusações e queixas são trocadas. Ele assim se desdobra em uma controvérsia. A palavra “escândalo” sugere querelas domésticas, e a palavra “controvérsia”, litígio judicial. O primeiro é visto como informal, enquanto que a segunda é conduzida pelo sistema judicial. No entanto, há uma profusão de casos intermediários, como, por exemplo, as discussões em lojas ou repartições, entre clientes e funcionários, ou os desentendimentos na rua, entre motoristas.

Mais do que como categoria lateral em um mesmo esquema, a crítica aparece acima da acusação em grau de abstração (a acusação surge como um caso particular, formalizado, da crítica). Mas, seja em um nível seja no outro, em ambos os casos as definições articulam a dimensão apenas aparentemente mais habitual de seus fenômenos, a dos discursos, a das acusações e/ou críticas verbalizadas. Entretanto, minha pesquisa com casais demonstrou um traço importante e que reivindica um grau ainda mais abstrato na definição. A insatisfação de que falam Boltanski e Thévenot pode ser demonstrada por um urro, por um suspiro, por um silêncio, por um movimento corporal. Essa insatisfação, aliás, pode nem mesmo ser demonstrada, pode ser apenas percebida, ou seja, ela pode ser notada pelo lado ofensor sem que o

lado ofendido tenha feito um movimento consciente e/ou discreto para isso. Justamente por conta disso, resolvi operar com uma forma ainda mais geral de fenômeno, que chamarei aqui de *demonstração/percepção de mal-estar relacional*. Diferenciei mal-estar simplesmente de mal-estar relacional para indicar, com este último, que se trata de um mal-estar de um dos participantes de uma relação e que pode fazer diferença para o estatuto dessa relação.

A lógica do dar uma desculpa pode ser, então, apresentada pela seguinte sequência:

1) uma ação social de um ator A causa mal-estar relacional em outro ator, B;

2) esse mal-estar é demonstrado por A/percebido por B; A dá uma desculpa (um tipo de “defesa de sua conduta”) e/ou pede desculpas;

3) B o desculpa (ou não) e o mal-estar relacional é “congelado” (ou não).

Pois bem, tomado o modelo que apresentei anteriormente, observação-demonstração/percepção de mal-estar-resposta-ruptura/arrefecimento, como resultado da situação de mal-estar relacional, o acusado pode apresentar uma das seguintes reações:

1) Mostrar-se indiferente (Não dar nenhuma resposta). Chamarei esta opção simplesmente de *indiferença*.

2) Negar que tenha praticado a ação (Uma resposta do tipo: “Eu não comi da árvore, Javé Deus” ou “Eu não matei nenhuma mulher, imagine!”, ou: “Não fizemos trambique nenhum em vida”). Chamarei esta opção de *negação*.

3) Afirmar desconhecimento da regra moral (Uma resposta do tipo: “O Senhor havia falado da árvore do conhecimento do bem e do mal? Eu não sabia!”, ou: “Eu não podia alugar seu apartamento?”, ou ainda: “Ué, mas não podia fazer enterro de cachorro em latim?”). Chamarei esta opção de *declaração de inocência*.

4) Admitir que praticou a ação e apresentar um *account*. Isso inserirá o actante em uma economia de disputa em torno da justiça proposta pela percepção do mal-estar e o fará explicar sua ação segundo uma de quatro possíveis formas:

a) Renegar o princípio moral/legal que produziu o mal-estar (Uma resposta do tipo: “Eu não ligo se ele tinha direito a um julgamento justo!”). Chamarei esta opção de *desengajamento*.

b) Admitir que praticou a ação, mas recusar que ela esteja em desacordo com o princípio moral/legal que gerou o mal-estar, apontando uma justificativa para a prática da ação atrelada a uma ideia de bem comum (Uma resposta do tipo: “Matei, mas sou policial e estava no exercício do meu dever”, ou: “Será o melhor para todos se ele for executado”). Chamarei esta opção pelo nome usado por Boltanski e Thévenot, “*justificação*”.

c) Admitir que praticou a ação e admitir o desacordo com o princípio moral/legal em questão, mas mesmo assim solicitar o não mau tratamento. Essa paralisação da justiça se baseia na criação de um puro efeito anulador (Uma resposta típica entre casais: “Cheguei atrasado e não poderia chegar, mas não vá embora, eu te amo”). É o *perdão*.

d) Admitir que praticou a ação e admitir o desacordo com o princípio moral/legal em questão, mas solicitar uma permissão para o descumprimento da regra especificamente no caso em avaliação, em determinadas circunstâncias específicas. Essa permissão será baseada em uma particularização das condições de cumprimento da universalidade da regra mesma (Uma resposta do tipo: “Não posso ir ao jogo com você porque tenho que dar aula de geometria a meu sobrinho”). É o *dar uma desculpa*.

### **A hora marcada**

Conheci Laura na porta de um teatro. No dia, esperava na escadaria, para assistir a um concerto. Àquela hora, esperava não mais pelo início da apresentação, aliás, mas mais por Cláudia, minha amiga, que, “presa no trabalho”, ligava-me de 15 em 15 minutos, oferecendo-me boletins atualizados sobre sua demora. Fardado de terno, conforme a certa pompa que o ambiente exigia, eu amargava já ter passado a hora marcada para a apresentação preliminar. De pé, eu olhava para a movimentação de pessoas retardatárias enquanto ouvia os brados do vendedor de balas que gritava a palavra “chiclete” com o primeiro “e” alongado e afinado, seguido por um imperativo “escolhe” com o “s” com forte som de “x”. Até que, súbito, ficamos praticamente eu e ela nas escadas. Eu, sentado, sem cerimônia; ela, de pé, celular aos ouvidos. E de repente, não havia outro som no mundo: “Como assim está saindo agora, Marcelo? Você é que queria vir ao concerto. Você é muito *relax*... Não acredito no que você está falando... Você não podia beber com seu pai... [silêncio e, depois, um tom abaixo:] É, tá bem, eu entendo, não podia...” E se virou para mim: “Atrasados... É preciso entender, né!”

Começamos a conversar<sup>7</sup>. Então namorados havia apenas três meses, eles não tiveram um desenrolar totalmente feliz em um certo sentido – como mostrarei –, mas foi riquíssimo no que pude extrair dele. Jovens, ela com 23 anos, ele 25, os dois eram um típi-

---

<sup>7</sup> Laura e Marcelo representavam uma deriva metodológica a pesquisa que já vinha realizando havia quase um ano. Eu havia definido – como disse na Introdução – que trabalharia com casais indicados por amigos (pelos motivos que já expus). Mas a força da “amostragem aleatória” produzida pelo acaso, pela situação oportuna na porta do concerto, me deparou com os dois, meu único casal de relacionamento recente.

co casal da Zona Sul do Rio, embora ela, na verdade, morasse em Niterói. Como aconteceria em quase todos os casos – salvo em dois – entrevistei primeiro a ela. Na verdade, acabaria por entrevistar mesmo apenas a ela. Explicarei por quê.

Com tudo de peculiar que apresentavam Laura e Marcelo, quero chamar a atenção para alguns traços que se tornaram típicos com os casais que investiguei.

O primeiro deles é que todos construíram uma narrativa em torno de uma *questão moral fundamental*. Parece haver, no núcleo de qualquer relacionamento, uma problemática, algo *apesar do que* a relação se mantém. Essa diferença será maior ou menor conforme o caso e poderá interferir mais ou menos no relacionamento. De fato, os entrevistados relatam histórias de *pendularidade*, de retorno e afastamento dessa questão fundamental, mas eles sempre retornam a ela.

No caso de Laura e Marcelo, era o ciúme. Começou com o dele, mas depois mudou e as posições se inverteram, de modo que “hoje parece que eu sou a louca psicótica”, diz ela. Teve início já na primeira noite, um 30 de dezembro, quando eles “ficaram”<sup>8</sup> pela primeira vez, em uma boate, em uma festa de rock. Era a primeira vez dela no lugar, do qual ele era frequentador. Eles se conheceram na pista e ela o achou bonito (“Nossa, que menino alto”) e logo estabeleceu-se um “clima” e começaram a conversar. Mas a certa altura, Marcelo “veio com um papinho”<sup>9</sup>: “Vou ser muito sincero: estou muito a fim de você, mas... Eu tenho namorada”. Ele passou a sugerir que os dois saíssem da boate e fossem para “outro lugar”. Escondidos. Diante da recusa da moça, ele disse: “Na verdade, não é bem namorada, a gente já terminou, mas os amigos dela estão todos aqui.” Ela se recusou mais uma vez. “Eu não vou me esconder”. Ele então cedeu e a beijou no meio da pista, diante de todo mundo.

---

<sup>8</sup> O termo “ficar” remete a alguns diferentes sentidos na dinâmica amorosa contemporânea. Basicamente, refere-se a um momento furtivo em que se constitui um casal (eles se beijam, se abraçam, podem chegar a fazer sexo), em geral de desconhecidos ou recém-conhecidos (mas não necessariamente) e em que a interação não se converte em relação. O casal “fica” e depois se desfaz. Entretanto, o termo também se refere a cada vez que um casal constituído interage afetivamente de maneira física. E, em algumas vezes, para designar um casal que ainda não assumiu um “namoro” (“É, a gente fica” ou “Estamos ficando”); diz-se ainda que esse Fulano é um “ficante”).

<sup>9</sup> Esta é outra expressão recorrente entre os entrevistados e com dois sentidos bastantes definidos: primeiramente, trata-se ao mesmo tempo de um sinônimo para desculpa esfarrapada, quando alguém conta alguma história para dar conta de algo errado (em geral para se livrar de alguém incômodo). Mas o sentido mais interessante é o de um simulacro de desculpa esfarrapada, no qual o argumento é usado para fingir que se considera algo errado, mas se está, na verdade, tentando obter alguma vantagem a partir dessa desculpa dada. O caso de Marcelo é paradigmático.

A jovem, no momento da entrevista, justifica a ação de seu namorado como algo “nobre”. “Ele só não queria machucar uma pessoa que de alguma maneira ainda gostava dele.” Mas naquela hora, considerou algo inadmissível. Eles tinham acabado de se conhecer e ele não podia fazer exigências. E ela deixou isso claro. Tanto que ele teve que, em um primeiro momento, “mandar um papinho”, falar do relacionamento, o que desculpava a saída do lugar. Entretanto, a situação marcaria aquele início com uma tensão com “outras pessoas”.

Eles ficaram juntos por 11 meses. Ao longo desse tempo, a questão do ciúme se traduziu basicamente em uma economia da diversão: para ela, era importante sair, frequentar boates, festas, o que em geral é chamado de “noite”. Para ele, esse movimento não fazia muito sentido. Embora os dois tenham se identificado inicialmente pelos mesmos gostos musicais – estávamos, afinal, indo os quatro assistir a uma mesma apresentação e ela descreveu a ambos como “fãs fundamentalistas de Beatles, diferentes dos que gostam de *Yesterday*”, ir a uma boate para ouvir rock o desagradava “um pouco”: “O lugar é barulhento, chato.” Mas a principal questão é que a ida a esses ambientes, para ele, representava um ritual com outro sentido: “Sair, para um cara, serve para conhecer meninas. O único sentido é achar alguém. Quando estou namorando, não vejo sentido em ir”, era o argumento que ele usava para tentar convencê-la a eles fazerem outra coisa ou simplesmente ficarem em casa. Chama a atenção, entretanto, a forma de articulação, uma tentativa de dizer “é assim mesmo”: sair tem determinada serventia “para um cara”. Ele usa uma certa articulação de gênero como desculpa, mas, mais que isso, a criação de uma normalidade alternativa, “para todo cara”.

A mensagem, entretanto, era a de um certo ciúme. Ele dizia que não queria ir às boates. A resposta dela, entretanto, era o outro lado da moeda da reivindicação dele: “Sinto muito. Seria muito melhor ir com você, mas se você não quer ir, eu posso ir sozinha”. Para mim, ela direciona o resto da justificação: “Eu, abrir mão daquilo, da minha diversão? Ele tem que abrir mão de algo também!” Articulação dupla: ao mesmo tempo que apela para uma reivindicação de igualdade – no relacionamento, ambos têm que abrir mão – ela sustenta seu direito ao exercício de uma ação que é um bem apenas para ela.

Marcelo e Laura ficaram juntos de janeiro a dezembro de 2008. Ele tomou a iniciativa de terminar. O motivo? Ciúme. Os dois haviam ido a uma boate, e discutiram – “Uma discussão bêbada”, desculpa-se Laura – e foram para casa, onde conversaram. O argumento central para o fim, apresentado em uma longa conversa, “uma DR imensa até 8h da manhã” (atravessada por longas sessões de choro de ambos), como ela descreveria depois, por e-mail, foi o de que “namorar não é legal porque prende, tem cobrança, expectativa, projeto”.

Nina e Marcela moravam juntas havia três anos e meio quando as entrevistei, uma logo em seguida da outra. “Claro, isso será uma oportunidade rara de falar dela pelas costas”, brincava a primeira, diante da namorada, ao receber a proposta, pessoalmente, quando fui apresentado a elas por uma amiga em comum, colega dela no trabalho, em um almoço. Designer, a moça é cheia de tiradas bem humoradas e ironias. É dela, por exemplo, a definição de desculpa como um “negócio que se diz para não se falar mais nisso”. Ela, entretanto, seria protagonista de uma das situações mais interessantes – e providenciais – por que eu passaria em minha pesquisa de campo. Justamente nesse almoço em que nos conhecemos, no café do Paço Imperial, o prédio que foi criado para os governantes de capitania, virou residência oficial de D. João VI e que hoje abriga um museu. Na verdade, eu ia almoçar com minha amiga e no momento em que nos cumprimentávamos, tocou o telefone e era Marcela, dizendo que estava no Centro e convidando para almoçar.

Tomamos um café e conversamos até que Marcela chegou, já informando, à guisa de justificção prévia: “Nina [*sua namorada*] chega num instante, ela disse que conseguia chegar em 20 minutos. Tava no Flamengo. Vai pegar o metrô”. Aceitamos esperar aquele tempo. Eu tinha um compromisso algumas horas mais tarde, e poderia tomar um pouquinho mais de tempo com o almoço. E minha amiga, bem, fazia o próprio horário.

Entretanto, uma hora depois, ainda estávamos “tomando café”. Um certo ar constrangido começou a se formar em Marcela no que, depois me contaria, eram os 30 minutos do prazo, dez depois do que a parceira havia prometido. Formada em psicologia, mas trabalhando em uma produtora de cinema com produção, ela dizia ser cuidadosa com prazos. Naquele momento, ela pegou o celular e ligou. Seu telefone tinha bom som e eu pude ouvir a caixa postal de Nina. A medida se repetiu mais duas vezes até Nina finalmente chegar, nada menos do que pouco mais de uma hora depois da chegada de Marcela, que prometera 20 minutos de espera. Ou seja, cerca de hora e meia depois que eu e minha amiga nos encontramos no Paço. Era de se esperar que eu e ela estivéssemos chateados. Eu de minha parte, entretanto, estava mesmo é entretido. Com a chateação da jovem diante de mim, 27 anos, cabelos louros compridos, um discreto piercing de brilhante (ou imitação) no nariz, celular enorme guardado em uma meia infantil de bichinho. Tons sóbrios nas roupas.

Nina chegou como um furacão. Não precisou nem que notássemos as duas bolsas de compras que se somavam à sua de estilo carteiro chique, colorida. Cabelos pintados de ruivos, óculos de armação quadrada – que, me lembro, na época não estavam tão na moda quanto no momento em que escrevo. Ela já se apresentou disparando: “Oi, oi, oi, des-

culpa o atraso, gente! Eu tava correndo pra cá, mas quando saí do metrô, não andei cinquenta metros, dei com uma bolsa linda! Mas inacreditável de bonita! Eu tinha que parar pra olhar! Foi mais forte que eu! E a menina ainda me mostrou esse sapato e aí foi...”

Marcela recebeu o beijo da namorada com certa frieza e reclamou com veemência, sem cerimônia, já desenvolta diante de mim: “Poxa, *mô*, a gente esperou um hora por você! Não podia ter avisado? Te liguei à beça”. Eu, minimizando: “Ah, que é isso, a gente estava aqui se divertindo, não tem problema...” Mas Nina quis responder: “Ela é assim mesmo, querido, não liga... *Mô*, não vi o celular. Tava dentro da bolsa e não ouvi. Mas eu cheguei, né? Você tem que ver a bolsa! É linda.” “Mas você sabe que eu não gosto de atraso!” “E você sabe como eu sou?” Foi quando ela resolveu mostrar a bolsa. Para mim: “Olha aqui. Não é linda? Você mesmo, sendo homem, não pararia para olhar... para dar para sua namorada?” Eu tentava ser simpático. De fato, eu não vi muita graça no acessório. Mas eu nem precisei fazer comentário nenhum. Minha amiga e Marcela cobriram o ar: “Nossa!” (com o “o” bem prolongado). “Menina!” Sim, elas haviam amado a bolsa. Ficou claro que a desculpa era que “é assim mesmo”, Nina é assim mesmo e, um pouco, “mulher é assim mesmo”, embora o argumento passasse por uma normalização do gosto – o que é belo é obrigatório.

Quando me deram entrevistas, em casa, primeiro Nina, depois Marcela, ao chegar de um passeio de bicicleta, em um sábado pela manhã, ficaria claro para mim, entretanto, que a questão fundamental das duas era o tempo. Em dois sentidos. O primeiro era justamente essa problemática do chegar na hora, dos atrasos, um “desvio” recorrente da parte da ruiva, como eu já havia constatado – assim como sua reação na parceira – no café no Paço. O segundo era com relação ao tempo dedicado. Marcela ouvia da companheira uma reivindicação de mais dedicação às duas. A loura podia andar de bicicleta de manhã sozinha, mesmo que a namorada, nem tão afeita a exercícios físicos (“Eu gosto de dançar, queima gordura à beça”) não gostasse tanto (mas havia duas *bikes* penduradas no porta-bicicleta da casa, uma espécie de gancho em forma de chifre afixado na parede da área de serviço, ao lado da máquina de lavar). “Ela consegue ficar horas no set de um comercial, entrar em casa e me tratar como se tivesse ido ali, no mercado”, reclamava Nina. “É que eu sinto que é mesmo como se não tivéssemos nos separado, como se fosse só retomar a conversa”, respondeu-me ela, ao lembrar de que a outra sempre chamava atenção para essa suposta desatenção dela. As duas, entretanto, articulavam o problema do tempo com outro nome: *desamor*. O uso do termo começou com Marcela, nomeando os atrasos de Nina. O *desamor* virou um termo geral para as ações que causam mal-estar em cada lado.

Nos dois casos, a maneira pela qual o desamor era administrado era a circunstancialização. Perguntei diretamente a ambas (cada uma por sua vez, claro): por que não desmentir o desamor simplesmente afirmando o amor? “Isso não é necessário. Ela sabe que eu a amo. E a gente já diz ‘eu te amo’ o bastante. A questão é que essa coisa dela chegar sempre atrasada é um desamor prático, é uma coisa que exige amor prático”. Prova de amor? “Não, nada nem tão sério nem tão cafona assim, mas pelo menos uma satisfação, né?” Essa demanda por “amor prático” pareceu uma boa porta de entrada. A afirmação encaminhava a história para mais uma partição entre abstrato e concreto: o amor-sentimento e o amor-ação. O primeiro, é aquele de uma utopia de sentimento, o segundo articulado a um exercício cotidiano de ações que demonstrem competência amorosa. A dimensão abstrata não está em questão entre os apaixonados, mas a concreta está em questão o tempo todo e poderá ameaçar a outra, caso provoque desgaste. Daí as satisfações, tentativas de desarticular o desamor com o descontrole, o desempoderamento, a impossibilidade de agir de outra maneira.

Papel exercido – por definição – pelo ato de dar uma desculpa. Entre as duas, o desamor é sempre desmentido pela fato de que o tempo é uma entidade incontrolável. Nina é mais direta que Marcela. Oferece desculpas mais claramente centradas em um bem de si inevitável: a bolsa que tinha que ser comprada, a preocupação com a combinação das roupas, o fato de ela não gostar das pessoas com que as duas se encontrariam (não parecia ser o caso de minha amiga). Este segundo caso fez com que Marcela esperasse por Nina na Fundação Progresso durante um show. Acabaram por se encontrar apenas ao final. “Ah, você tava com o Amauri e a Claudia, não suporto aquele cara”, disse. Já Marcela transfere claramente a responsabilidade para os entes maiores: meu diretor é maluco, “Você já fez uma cotação de cabeamento alguma vez?” (por acaso, já tinha, o que acabou resultando em uma pequena discussão), um comercial exige administrar muitas pessoas e é preciso dar atenção a elas.

Em todas essas situações, o desamor é apontado como centro do conflito. Não só por elas. Aquilo que nas bocas de Nina e Marcela é “desamor” ganha de Heloísa, mulher de Alex, o nome de “falta de atenção”. Por Sandro, marido de Ilda, de “ela podia ser mais atenciosa”. Por Verônica e seu companheiro Rubens, pelos dois, de “quando uma coisa assim acontece, é como se ele/ela não me amasse”. Essa percepção se espalha entre os entrevistados, levando-me a concluir que esse *desamor* era uma categoria substantiva importante, a ser examinada com mais vagar. Ela coloca uma pergunta essencial sobre o próprio estatuto do relacionamento: qual é o outro lado, o que é o amor quando o desamor não se manifesta?



O uso dessa categoria me fez pensar em uma outra oposição, também da ordem da dicotomia concreto x abstrato. É que diante dessas afirmações, perguntei a Marcela e Nina por que não se podia admitir esse tipo de coisa da pessoa que nós amamos. A resposta foi muito semelhante: “Ué, porque ela é a pessoa que eu amo, é a pessoa a quem eu dou atenção, é a pessoa que me trata diferente das outras, para quem eu sou especial e que é especial por isso”, elaborou Nina. Marcela: “Se eu não for bem tratada por ela, se *ela*, logo *ela*, minha ‘cara-metade’ (os dedos sinalizando), não me tratar com especial, quem vai tratar?” As duas usaram o termo “especial”, as duas articulam uma singularidade do companheiro: ele é aquele que me trata como mais ninguém me trata e lhe tenho amor porque ele me trata assim. A partição estabelecida no desamor, então, pode ser entendida como aquela entre uma condição de singularidade absoluta do ente amado e momentos em que essa singularidade é desmentida ou, pelo menos, posta em questão. Na ação *desamorosa*, o outro se banaliza, deixa de ser especial, deixa de ser único. No momento em que se estabelece um mal-estar relacional em uma relação amorosa, a questão fundamental do relacionamento vem à tona de outra forma: ela é aquilo que desmente a singularidade do outro. É fundamental, aliás, justamente por isso: quando ela existe, o outro como único no mundo a merecer o amor cai por terra.

### **Uma dinâmica peculiar para as conversações e a construção de um relacionamento**

Os dois primeiros casos que apresentei acima serviram para estabelecer uma dinâmica. O fato de ambos serem articulados a partir de situações de atraso ajudou a torná-los emblemáticos. O atraso (o tempo, em geral) é um problema recorrente entre casais, embora nem sempre possa ser apontado como questão fundamental. Mas a observação desses três traços gerais, a *questão fundamental*, o *desamor* e a *singularidade do amado*, representam nesta exposição a percepção de uma maneira de perguntar, uma série de curiosidades que guiaram minhas entrevistas.

Assim, o que busquei nos casais com que conversei foi esmiuçar uma relação entre o estabelecimento e a manutenção de um cotidiano e os argumentos usados para dele dar conta. Assim, embora eu tenha feito entrevistas consideravelmente informais e até bastante diferentes das outras em alguns casos, algumas questões gerais sempre estiveram presentes: 1) Como se deu a formação e o reconhecimento de um relacionamento? 2) Que características do entrevistado são complicadores no cotidiano do relacionamento?

3) O que o entrevistado diz para dar conta dessas características complicadoras? 4) Que características do outro são complicadores no cotidiano do relacionamento? 5) O que o outro diz para dar conta dessas características complicadoras? 6) Que mal-estares são dignos de ser lembrados na história dos dois?

O início de uma vida a dois “é uma aventura” (KAUFMANN, 2007, p. 28). “Uma aventura mental, isto é claro, que desenraiza a antiga existência, mas uma aventura também cotidiana, que redefine profundamente as duas identidades”. Mas qual é o caminho dessa redefinição? Ao perguntar a meus entrevistados pelo processo de transformação de seus relacionamentos em uma relação de longo prazo, uma coisa ficou clara para mim: esse processo passava pelo que chamarei aqui de *criação de um idioma comum*, uma forma de falar própria dos dois. A questão determinante pareceu ser a partilha de definições. As narrativas de começo de relacionamento que ouvi passam pela construção daquela *singularidade* que apontei antes e pela integração de uma série de definições, termos compartilhados entre os dois: o que é amor, o que é vida a dois, o que é bem, o que é mal, o que é bom, o que não é, o que dá prazer, o que não dá, o que causa desprazer. Entretanto, essa definição é um processo invisível, tácito. As pessoas não se sentam para debater e compartilhar definições previamente. O único momento em que isso ocorre é no ritual da DR, quando são feitos justamente partilhas e reajustes dessas definições. No processo de produção do relacionamento isso é feito de maneira indireta, pela observação do que coincide e o que não coincide nas ações. E essas definições constituirão uma imagem do outro que será central para definir a própria manutenção das relações.

Viviane e Túlio, por exemplo, se conheceram pela internet. Em fevereiro de 2005, ela recebeu o e-mail de um estranho, que dizia que estava se mudando de outro estado para o Rio. Ela tivera contato com ele em uma lista de discussão virtual sobre fotografia. Ele enviara a mensagem apenas para as meninas da lista. E ela foi a única que respondeu, dando boas vindas. “Foi por educação”, afirma. Viviane já teve três namorados que conheceu na Rede. Mas só encontrou Túlio pessoalmente em agosto. Nesse meio tempo, falava com ele por e-mail ou programas de bate-papo e, eventualmente, por telefone. Ele era separado e se dizia “traumatizado”, de modo que ela evitou contato, “para não complicar”.

Um dia, chateada, ela resolveu ligar para ele. Mas antes que pudesse fazê-lo, recebeu um telefonema. Dele. Apesar das experiências anteriores com parceiros do mundo virtual, ela mantinha uma série de rituais de segurança – revisão de perfis do candidato, de amigos e parentes no site de comunidades virtuais Orkut, observar ocorrências em

buscadores em busca de comentários, blogs etc. Inquérito concluído, aceitou encontrá-lo. Marcaram um cinema de domingo. Encontrariam um ao outro no saguão. Ao chegar, viu-o de longe. Quando o viu, pensou: “Até que dá pro gasto.”

La cumprimentá-lo com um par amistoso de beijos no rosto, mas foi surpreendida pelo movimento do rapaz, que lhe deu um forte abraço. Ela pensou: “Que fofo!” Viram um filme e os dois “ficaram”. Depois, marcaram de se encontrar uma semana depois. Nesse dia, ela foi encontrá-lo para o almoço. Ao pegá-la, de carro, em um local público, ele novamente a surpreendeu: “Você se incomoda se a gente der uma parada no caminho? Eu... tenho que colocar a roupa para lavar.” Ela aceitou, apesar de achar que era um stratagem. Não era<sup>10</sup>. Ele de fato trazia um saco de roupas no banco de trás e as levou – a ela e a bolsa – para a lavanderia. “Me fez pensar. A gente conhece uns caras que são sempre mal-intencionados, e ele fez uma coisa diferente. Achei aquilo tão humano! Não parecia ter algo arquitetado, foi espontâneo. Achei bonito, gostei muito”, relembra. Esse fato a fez tomar uma atitude: “Você quer namorar comigo?”, perguntou a ele na praia do Joá, no transcurso do que chamou de “uma tarde perfeita”. Ele aceitou e eles estavam juntos por três anos quando a entrevistei. Foram morar juntos em outubro de 2006 (“No dia 3”, ela se lembra). Não consegui entrevistar Túlio. Antes que pudesse fazê-lo, eles se separaram. Destaquei esse caso, apesar disso, porque a maneira como ela constrói o começo do relacionamento é bastante indicativa de um procedimento geral de *produção do outro*. Essa imagem parece ser determinante na manutenção da relação: um mal-estar relacional é um exercício de afastamento dessa imagem.

Os começos de relacionamento que pesquisei mostram uma série de padrões interessantes. Mas limitei a análise à importância que essa construção tomou no estabelecimento de definições, de temas gerais conformadoras do relacionamento e como isso se estabelece como uma linha de base de sua normalidade, a condição com que se depara a desculpa dada. O que quero dizer é que cada relacionamento estabelece um “mundo” próprio, um conjunto de princípios que será respeitado como princípio superior entre os envolvidos. E que servirão como fontes para a produção de momentos críticos, para situações em que os mal-estares relacionais serão colocados sobre a mesa e se estabelecerá uma demanda por um *account*, a fim de evitar que o estado da relação ou dos atores seja alterado.

---

<sup>10</sup> Todas as impressões subjetivas apresentadas nas descrições são transcrições de impressões apresentadas pelos entrevistados. Assumo que essas informações são relevantes por mostrarem a maneira como os atores interpretam as situações. Mas as uso como evidências apenas dessas representações e não como fontes de informação direta sobre os conteúdos transmitidos por esses discursos.

## Familiaridade

O quadro que apresentei até agora estabelece uma economia de tensões. Primeiro, aquela entre *imagem singular do outro* e *questão moral fundamental*. Cotidianamente, uma pressiona a outra, a segunda à primeira, oferecendo constantes condições para o estabelecimento de mal-estares relacionais quando no exercício das interações próprias do relacionamento. É, como já disse, uma manifestação da outra tensão, aquela entre abstrato e concreto, que é fundante na relação dos atores com o mundo moral. Aqui uma observação para aplacar um engano fácil de cometer: embora a questão moral fundamental seja ela também uma abstração, ela o é porque é uma integração apenas *formalmente* abstraída de uma série de condicionamentos pragmáticos. A questão moral fundamental não é a moral, e portanto a dimensão mais elevada, metafísica. Quem assume essa posição é a imagem singular do outro, é o ideal utópico sobre o qual se constrói a relação. A questão moral fundamental é uma integração da pressão que a dimensão pragmática, de práticas localizadas, exerce sobre o mundo dos seres metafísicos. O que aponto com este quadro é que essa singularidade, em sua relação tensa com a questão fundamental – também a cada momento em que ela interage com as questões eventuais ocorridas quando uma problemática moral mais consagrada –, compõe uma imagem simbólica, segundo a qual os atores tomam decisões e praticam ações. Isso me levou a pensar essa construção uma matriz de vários elementos de significação – como planos de significação que se coordenam e ou subordinam. A essa matriz dei o nome de *familiaridade*<sup>11</sup>. O termo sugere uma partição entre dois mundos e dois tipos de pessoas, aquelas que pertencem à nossa família e aqueles que a ela não pertencem. Essa matriz nasceu de um conjunto de observações feitas nas interações com os entrevistados. Eles não apenas se referem a essa familiaridade – ainda que indiretamente –, como trazem à tona essa série de elementos que a compõem. Assim, a familiaridade parece ser a noção central articulada pelos atores para o estabelecimento e a manutenção de uma relação.

---

<sup>11</sup> Thévenot, tem trabalhado com o conceito de familiaridade (constituindo mesmo um regime para ela), mas utilizo o termo de maneira independente de suas definições aqui. Adotei-o a princípio por dedução teórica, mas ele foi se tornando cada vez mais uma forma induzida de várias impressões que obtive no campo nas entrevistas, impressões que vinham de falas como: “Ele é a minha família, não pode fazer isso comigo”, “Com o tempo, a gente vai sentindo que ele entra na família” ou “Minha mãe trata o Leandro exatamente como me trata. É exatamente como se ele fosse filho dela. Dá as mesmas broncas”.

Esse conceito se define a partir da própria construção da matriz: *familiaridade* é a noção de que uma relação está plenamente efetivada, ou seja, se constitui como uma unidade social capaz de produzir uma vasta gama de efeitos, efetivos para todos os atores nela envolvidos, e estabelecidos a partir de uma noção de singularidade do outro ator – o que aponta para a dimensão familiar e mesmo íntima das relações ou, a princípio, pelo menos para um determinado tipo de relação, as mais privadas, mais íntimas: “Uma relação íntima é a menor organização que criamos” (VAUGHAN, 1986, p. 18). Mas essa definição é, à primeira vista, tautológica. Ela depende, para ser plenamente funcional, dos elementos que compõem a matriz. Esses elementos são, eles próprios, assim como a própria familiaridade, noções, representações simbólicas (e portanto abstraídas) em referência às quais os atores, no plano de suas interações cotidianas, atuam.

### **1) Previsibilidade: o outro nos é conhecido e agirá sempre de uma mesma maneira**

Ao longo de todas as entrevistas, um mesmo padrão de constituição da linha de base dos relacionamentos moldou uma ideia de *reconhecimento*. A singularização do outro como alguém com quem se quer estar ao lado é o estabelecimento de uma memória: aquele ali com quem mantenho uma relação (aquele que amo) é aquele com quem quero interagir *sempre* porque a interação com ele não apenas me é boa, mas me é *sempre* boa – isto, claro, é uma utopia. “O que eu mais gosto nele? Ele está sempre dizendo e fazendo coisas novas, diferentes!”, diz-me Bruna, advogada, casada há sete anos, desde os 20, com Wilson, também advogado. Os dois estudaram juntos, entraram para a mesma faculdade, formaram-se de juntos e hoje trabalham cada um em uma área de direito. A fala da moça de cabelos muito pretos e pele muito alva soa curiosa por conta da aparente contradição, mas é uma definição central: o marido muda, se reinventa, mas faz isso “sempre”. Por mais que varie, ele se mantém como a mesma pessoa. Assim, o começo de um relacionamento, que Kaufmann aponta como uma “aventura” é não porque seja um mergulho no desconhecido, mas porque se dirige para o conhecimento. “Aos poucos, a distância segura se estabelece”, diz Gustavo, explicando como conviver com o “excesso de iniciativa” de Cinthia. “Rapidinho eu me acostumei com aquelas coisas dela de incenso, astrologia, essas coisas. Imagina! Eu, comunista!”, conta Sérgio, marido de Cláudia. Trata-se de um constante processo de aprendizado daquilo que é uma regra entre os dois integrantes da relação. Ora, um relacionamento não é uma relação com regras dadas – embora haja algumas mais ou menos di-

fundidas e quase universais, como pressupostos tais como fidelidade, co-habitação etc. – e nem com regras pré-estabelecidas. O que há de relevante aqui é que esse conjunto de regras, articulado com a imagem singularizada do outro, será o outro lado da questão fundamental. Será em referência a essas definições e a essa imagem singularizada do outro que se estabelecerão os mal-estares relacionais em cada relação.

E será justamente a partir desse mito de previsibilidade que se estabelecerá a *confiança*, elemento apontado como central por todos os entrevistados. De fato, aquilo que surge quando um cônjuge ou namorado age segundo uma forma com qual o outro não está acostumado é uma desconfiança, uma perda de chão diante da impossibilidade cognitiva de reconhecer o outro. “Ah, mas eu acho que a gente sempre se surpreende com o marido, né?”, diz Marilda. Para completar: “Mas não vou dizer que não dói quando isso acontece.” Algo semelhante vem de Viviane, com uma racionalidade que aponta para o mesmo tipo de “é assim mesmo” – apenas apresentado em uma, digamos, ordem inversa: “A gente confia desconfiando, né? Deus me livre de acontecer alguma coisa, mas a gente tem que estar pronto para sofrer um baque. Mas a gente tem que confiar. Se não confiar, como é que vai ter um relacionamento?” Isto, vindo dela, que se encantou com o fato de o namorado demonstrar uma atitude não calculista, despojada de estratégias, ajuda a mostrar o grau da importância que os atores atribuem à previsibilidade: mesmo diante de uma consciência forte de que ela é um princípio ideal, e em parte uma representação mais do que um dado estatístico, ele é um mito a ser alimentado, sem o qual a relação seria impossível.

## **2) Inevitabilidade: a relação é inevitável, determinada por um princípio superior**

O amor é o centro de um relacionamento amoroso. Pode parecer uma tautologia redundante. Mas diante de meus entrevistados, ela faz todo o sentido. É que o amor é um símbolo importante, e, no caso de uma relação afetiva, é o “princípio superior comum” que estabelece a lógica de uma ordem moral específica. Os entrevistados procuram justificar a aceitação de circunstâncias – as desculpas dadas por seus companheiros – e a aceitação das idiosincrasias do outro, baseado no fato de que ele é o ente amado e, se é, é merecedor desse amor. Justamente pelas singularidades enxergadas no processo de construção da relação. É uma definição circular: é amado *porque* é singular e se torna singular *porque* é amado. A principal consequência disso é um princípio de *inevitabilidade*. Esse princípio opera em dois sentidos: primeiro, como instaurador, ou seja, como justificativa da própria relação; depois,

como mantenedor, como justificção para que a relação se mantenha. O primeiro é sustentado por ideias como “Tinha que ser ela”, “Nascemos um pro outro” (que ouvi de alguns casais aqui e que é recorrente em qualquer relacionamento) ou “Quando a vi pela primeira vez, vi que ela era meu número” (Ricardo, marido de Soraya, casados há oito anos).

A segunda forma do princípio é o uso de uma forma de dar conta da circunstancialidade proposta pelo outro. De maneira geral, esse princípio é uma forma de dar conta da continuidade de oposição em relação à questão moral primordial. Em uma discussão aparentemente banal entre Olivia e Umberto levou a uma discussão sobre as bases de sua relação. Casados havia apenas seis meses (no momento da entrevista, eles estavam juntos havia três anos), ele usava o notebook dela, sentado no sofá da sala. Como o utilizasse com a bateria e o monitor estivesse “escuro”, encaixou no aparelho o cabo de alimentação, que permitia fornecimento diretamente da rede elétrica. A companheira, ao ver o gesto, virou-se para ele com “o rosto vermelho” (a descrição é do marido): “Não pode colocar o cabo de energia com a bateria pela metade, estraga.” “É só desta vez, eu tenho que entregar isso aqui amanhã sem falta, amor.” “Mas retira a bateria, por favor.” “Tá, assim que der, eu tiro”. “Você não tem nenhuma consideração!”, gritou ela, enfurecida. Ele se manteve trabalhando. Ela voltou minutos depois e gritou novamente: “Você não tem nenhuma consideração!” Ele ergueu a voz (segundo ela, “com frieza”, para ele, “calmamente”): “Eu não acredito que você tá brigando comigo por causa de uma bateria de computador”. Ela ficou em silêncio e se pôs a chorar. Pouco depois: “Eu te amo! É só por isso que eu aturo isso!”

### **3) Intimidade: há pouca ou nenhuma limitação em relação ao outro**

A intimidade é a forma mais externa, mais visível, da familiaridade. De fato, costuma-se tratar uma pela outra e muitos estudos centrados em sociologia das relações afetivas – Jamieson (1988); Judy (2007) – usam o grau de intimidade como parâmetro da efetividade de uma relação. Mas a intimidade se mostra como um componente da familiaridade. Por intimidade, entendo aqui uma noção de eliminação (ou redução, variável segundo o grau de intimidade) de limitações de interação em relação a outro(s) ator(es). Esse conceito é o que mais explicitamente divide as pessoas do mundo em dois tipos, as que são íntimas de nós (e que podem agir ou falar de maneira diferente das outras) e as que não íntimas. Essa divisão conduz para uma tipologia de dois elementos:

a) Intimidade actancial: a noção de que não há limitações na gama de ações que se pode praticar em relação ao outro. Essa forma de intimidade corresponde a tudo que deixamos – e que se espera que deixemos – que o outro faça conosco e vice-versa. É um pressuposto das relações. Por exemplo, “na sociedade americana, nós usualmente não perguntamos por que pessoas se engajam em relações sexuais” (SCOTT e LYMAN, p. 112). Estabelece-se, assim, um acordo tácito de que podemos tocar no outro de determinada maneira (abraçá-lo, beijá-lo, ter relações sexuais com ele, bater nele, vendê-lo, matá-lo etc.).

b) Intimidade informacional ou “disclosing intimacy” (JAMIESON, 1988): a noção de que não há limitações na gama de informações que se pode ter do outro e que a ele se pode apresentar. Essa forma mostra que, no âmbito de uma relação amorosa, negocia-se em torno de dois tipos de fluxo de informação. Primeiro, em um fluxo privativo: a pessoa íntima é aquela que pode saber de nossos segredos, que nos conheceria bem e mereceria ouvir de nós o que poucos teriam *o direito* de ouvir. O segundo tipo de fluxo é o de *perda de censura* ou de *manifestação de coragem*: a pessoa íntima é aquela a quem podemos falar determinadas coisas que *não teríamos coragem* de dizer a outros e que teria *o dever* de ouvi-las. “Você é muito mais cruel com quem ama, porque você perde totalmente a cerimônia, você é você mesmo”, diz Paulo, um professor de filosofia que leciona em um colégio secundário, marido de Margarida, professora de história. E ela prova (assim como vários outros entrevistados, entre eles Carolina, que repete várias vezes que “se alguma coisa me incomoda, eu falo”). Conta que nunca teve cerimônia de dizer o que pensava do marido, mas se sentiu “até mal” no dia em que disse a ele que ele não passara em um concurso porque escrevia mal. “O que se espera é que você fique ali, dando apoio, falando um monte de eufemismos, mas chega uma hora em que a pessoa tem que ouvir a verdade”, diz ela, mostrando uma normalidade alternativa ao papel esperado da esposa compreensiva. Esperado por ele: “Você vira noites trabalhando, estudando, não passa por causa sei lá do que e se chateia com isso. E quando acha que vai encontrar um ombro amigo em casa, escuta que tinha que fazer oficina de texto, que você escreve mal.” A história desencadeou uma crise que quase separou o casal e despertou outras “crueldades”: ele a acusou de ser uma mãe relapsa – da filha do primeiro casamento, que mora com os dois: “É por isso que ela vira a cara pra você quando você tenta mostrar sua autoridade”. “Mas você não tem medo de perdê-la, dizendo coisas assim?”, pergunto. “De jeito nenhum, ela é minha mulher, meu amor, posso falar essas coisas pra ela.”

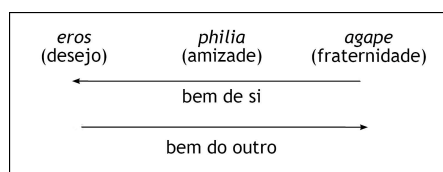
**Conclusão: O amor e o egoísmo como competências**



Todos esses casos ilustram uma economia peculiar da ação amorosa e remetem para a problemática apontada no começo, o duo amor/egoísmo como uma tensão duo bem-do-outro/bem-de-si. Na reivindicação das mulheres de Sophie Calle, o amor, ainda que posicionado em um contexto de desejo, surge idealizado como uma forma de altruísmo, de desejo desinteressado do bem do outro. Pois a fim de pensar essa *vontade de definição*, tomemos outra afirmação a respeito do amor, essa mais tomada como universal, e que também afirma o amor como antítese do egoísmo. Ouçamos, então, o apóstolo Paulo (1 Cor, 13, 4-8):

O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece. Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

Estamos aqui diante de duas concepções de amor, aquela entre dois seres que compartilham intimidade, dois amantes, dois namorados, e o amor “entre os homens”, que está confortável junto à verdade e pensa no bem de todos indistintamente. A fim de entender o estatuto do egoísmo, é preciso ter em mente a multiplicidade de sentidos assumida por seu suposto antônimo: “amor” assume vários sentidos, todos eles mais ou menos bem mapeados por uma tipologia grega: *eros* (ἔρως), o amor possessivo do desejo descrito por Platão; *philia* (φιλία), o amor que Aristóteles descreve como produtor da harmonia na cidade, que precede à necessidade de disputas, pois “quando os homens são amigos não há necessidade de justiça”; e *ágape* (ἀγάπη), descrito pelo apóstolo Paulo, o amor em seu sentido mais desinteressado. Podemos falar, então, de uma escala variável que desliza do maior bem de si para o maior bem do outro, conforme o esquema:



Dessa maneira, o amor romântico corresponderia a uma forma de exercício pleno do bem de si. Entretanto, isso corresponde apenas a uma de suas dimensões, do desejo. Lacoste (1998), lembra que

o amor nasce da esperança de felicidade que o objeto amado pode oferecer, logo, parece proceder do amor de si. Mas esse ponto de partida egoísta, que conduz o sujeito a busca a posse de outro, age como um chamariz, uma isca, des-

tinada a fazer o sujeito sair de si mesmo e a depositar a existência mesma de seu ego sobre o outro: sem você, não sou ninguém.

Ou seja, há um componente altruísta no amor romântico. Por mais *eros* que seja, ele é geralmente apresentado com um forte componente de ágape. As situações que apresentei aqui demonstraram uma dicotomia entre toda a construção do outro singular e daquilo que estabelece essa singularidade (que passa por um entendimento do outro como componente de um bem para a relação) e os momentos de desamor, em que o ator deixa de ser reconhecido como aquele singular. Naquele momento, é como se o amor deixasse de ser amor para ser egoísmo, sem aspas. Mas como elas vêm, ou seja, como a atribuição acusatorial se converte em competência?

O amor romântico é a utopia da familiaridade máxima. Máxima porque artificializada. Alguém com quem a relação não é obrigatória, não é previsível e não é íntima vive uma interação pontual. Do outro lado, alguém com quem esses três elementos se manifestam ao limite, tudo interage, tudo efetiva, com o outro. Mas toda relação, reconhecida como uma instância de interações habituais entre (pelo menos) dois atores, possui certo grau de familiaridade: toda relação, para se constituir, parece depender de um processo de formação, no qual o outro é instituído simbolicamente, no qual ele é *tornado diferente dos outros outros* e é estabelecido um critério de *reconhecimento*. É uma imagem simbólica que se conserva, algo que talvez eu possa chamar de *reputação*. A familiaridade será sempre a instância da linha de base sobre a qual se estabelecem os pilares de uma relação. É a negociação tácita sobre definições, que dependendo do grau de generalidade da relação nem precisa ser tácita, pode mesmo ser estabelecida por contrato.

Quando uma ação em desacordo com esse singularização se estabelece, a solução encontrada pelos atores é recorrer à demonstração de a não singularização é pontual, circunstancial, aconteceu apenas “aquela vez ali” (ou “não vai acontecer de novo” ou “tenho certeza de que ela não fará isso novamente”). Assim, em todos os casos de oferta de desculpas que analisei (WERNECK, 2009), três ações compõem a desculpa:

1) Uma narração: essa narratividade serve, antes de tudo, para identificar a desculpa. É como o botão do controle remoto que ativa uma aparelhagem.

2) Uma proposta de decaimento a partir da narração: uma vez que se identifica como o que é, a desculpa opera sua demanda: que o sistema de verificação da possibilidade de efetivação da ação em questão saia do plano do universal da regra moral contido na percepção/demonstração de mal-estar e se aloque no plano da circunstância.

3) Uma defesa da efetividade desse decaimento: uma vez identificada como o que é, a desculpa defende sua demanda, pela demonstração de que a ação em questão é, antes de tudo, *desculpável*. E isso se dá por um processo de particularização.

Se uma ação é *desculpável* é porque: a) aquele que a deu está tão embebido da relação que sua manutenção é inevitável: torce-se o universal para o particular pelo reconhecimento da particularidade do ator (um tipo de desculpa que chamei de “não era eu”); b) aquilo sobre o que se deu está tão embebido da relação que sua manutenção é inevitável: torce-se o universal para o particular pelo reconhecimento da particularidade da situação (um outro tipo, que chamei “é assim mesmo”).

Dessa maneira, o ato de dar uma desculpa se mostra como uma forma de manutenção da paz – e, com isso, das relações – capaz de reafirmar ao mesmo tempo os dois lados da tensão circunstancial-universal: de um lado, o recurso à circunstância demonstra como “pelo menos daquela vez” (diz-me Marcos) aquela ação, que não pode ser considerada “nunca” como aceitável, pode ser aceita, afirmando uma margem de manobra e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de ampliação da compreensão das possibilidades de uma ação na dimensão pragmática. Do outro, esse mesmo mecanismo, é preciso notar, não *nega* a regra moral, o princípio universal cujo descumprimento gerou o mal-estar – o que poderia acontecer em uma situação de “crítica radical” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999, p. 374). Pelo contrário: ele a afirma, porque afirma justamente que o princípio deve ser mantido “em geral” (em nome do bem comum).

E, com isso, o ato de dar uma desculpa torna o bem de si um critério cabível no processo de avaliação efetivadora das ações sociais: ainda que uma ação não inclua o bem do outro e possa até, circunstancialmente, negar-lhe o bem, se ela é articulada como circunstancialidade formal, como oriunda de uma especificidade de uma mudança no estado do ator (“Não era eu”) ou da situação (“É assim mesmo”), ela torna a ação “egoísta” uma ação competente, ou seja, efetiva em uma gramática operada no interior de uma relação duradoura.

## Referências

- ARISTÓTELES. (1996), “Ética a Nicômaco”. Em: Coleção Os Pensadores: Aristóteles. São Paulo, Nova Cultural.
- AUSTIN, John L. (1962), *How to do things with words*. Cambridge, Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. “A plea for excuses”. (1979), Em: Austin, John L. [e] Urmson, J. O. [e] Warnock, G. J. *Philosophical papers*. Londres, Oxford University Press.
- BECKER, Howard S. (1970), “Problems of inference and proof in participating observation”. Em: FILSTEAD, William J. (org.). *Qualitative methodology: Firsthand involvement with the social world*. Chicago, Markam.
- \_\_\_\_\_. (2007), *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2008), *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BENOIT, William L. (1995), *Accounts, excuses, and apologies: A theory of image restoration strategies*. Nova York, State University of New York Press.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L’amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l’action*. Paris, Métailié.
- \_\_\_\_\_. (2004), *La condition fœtale: Une sociologie de l’engendrement et de l’avortement*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. [e] THÉVENOT, Laurent. (1987), *Les économies de la grandeur: Cahiers du Centre d’Études de l’Emploi*, 31. Paris, Presses Universitaires de France.
- \_\_\_\_\_. (1991), *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1999), “The sociology of critical capacity”. Em: *European Journal of Social Theory*, vol. 2, n° 3, pp. 359–377. Londres, Sage Publications.
- CALLE, Sophie. (2007), *Prenez soin de vous*. Paris, Actes Sud.
- DEWEY, John. (1998), *The essential Dewey – Vol 1: Pragmatism, education, democracy*. Bloomington, Indiana University Press.
- FREIRE COSTA, Jurandir. (1998), *Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GARFINKEL, Harold. (1967), *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs (NJ, EUA), Prentice-Hall.

- GIDDENS, Anthony. (1993), *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Unesp.
- GLASER, Barney G. [e] STRAUSS, Anselm. (1967), *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Piscataway (Nova Jersey), Aldine Transaction.
- GOFFMAN, Erving. (1959), *The presentation of self in everyday life*. Nova York, Anchor Books.
- \_\_\_\_\_. (1971), *Relations in public: Microstudies of the public order*. Middlessex, Penguin.
- HERZFIELD, Michael. "The etymology of excuses: Aspects of rhetorical performance in Greece". *American Ethnologist*, Vol. 9, nº 4, 1982, pp. 644-663.
- \_\_\_\_\_. (2006), "Practical mediterranism: Excuses for everything, from epistemology to eating". Em: HARRIS, W. V. *Rethinking the Mediterranean*. Nova York, Oxford University Press, pp. 45-63.
- IDOMENEOS, Angeliki. (1996), *L'excuse en France et en Grèce dans la vie quotidienne (étude contrastive d'échanges langagiers)*. Paris, Atelier National de Reproduction des Thèses.
- JAMIESON, Lynn. (1988), *Intimacy: Personal relationships in modern societies*. Cambridge (RU), Polity Press.
- JEUDY, Henri-Pierre. (2007), *L'Absence d'intimité: Sociologie des choses intimes*. Paris, Circe.
- KAUFMANN, Jean-Claude. (2002), *Premier matin: Comment naît une histoire d'amour*. Paris, Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. (2007), *Agacements: Les petites guerres du couple*. Paris, Armand Colins.
- LACOSTE, Jean-Ives. (1998), *Dictionnaire critique de théologie*. Paris, PUF.
- LUHMAN, Niklas. (1986), *Love as passion: The codification of intimacy*. Londres, Polity.
- LATOUR, Bruno. (1997), *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Unesp.
- MCDOWELL, Banks. (2000), *Ethics and excuses: The crisis in professional responsibility*. Londres, Quorum Books.
- MCEVOY, Sebastian. (1995), *L'invention défensive: Poétique, linguistique, droit*. Paris, Métailié.
- SCOTT, Marvin B. [e] LYMAN, Stanford. (2009 [1968]), "Accounts". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 1, nº 2, pp. 139-172.

- SYKES, Gresham M. [e] MATZA, David. (1957), "Techniques of neutralization: A theory of delinquency". *American Sociological Review*. nº 43, pp. 643-656.
- THÉVENOT, Laurent. (2006), *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris, Éditions de la Découverte.
- VAUGHAN, Diane. (1986), *Uncoupling: Turning points in intimate relationships*. Nova York, Oxford University Press.
- WERNECK, Alexandre. (2008), "Uma definição sociológica do dar uma desculpa: Do senso comum à sociologia pragmática". Em: MISSE, Michel (org.). *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro, Revan.
- \_\_\_\_\_. (2008b), "Culpabilidade pública e circunstâncias: casos de desculpas dadas por figuras públicas diante de acusações de corrupção e incompetência em jornais". Apresentação no 32º Encontro Anual da Anpocs – Grupo de Trabalho 8: Crime, violência e punição. Caxambu (Minas Gerais), 27 a 31 de outubro.
- \_\_\_\_\_. (2008c), "Segredos e truques do pesquisador outsider: Entrevista com Howard S. Becker". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 1, nº 1.
- \_\_\_\_\_. (2009), "Moralidade de bolso: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de "bem" nas relações sociais". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 2, nº 3.
- WRIGHT MILLS, Charles. (1940), "Situating actions and vocabularies of motive". *American Sociological Review*, vol. 5, nº 6, dezembro, pp. 904-913.